RELATÓRIO INSTITUCIONAL DE MONITORAMENTO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA
04421 - FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS

JANEIRO A OUTUBRO DE 2021

Planejamento e Programação Orçamentária

O Relatório Institucional de Monitoramento é elaborado a partir de informações extraídas do Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGPlan), as quais são lançadas pelos órgãos/entidades durante o processo de monitoramento, tendo como objetivo apresentar uma síntese da execução e do desempenho POR AÇÃO das unidades orçamentárias.

Inicialmente, o relatório exibe, de forma sintética e por programa, o desempenho físico e orçamentário das ações de responsabilidade do órgão/entidade, tomando como referência a programação inicial das metas físicas e orçamentárias.

O planejamento das metas físicas e orçamentárias das ações é realizado durante a fase de elaboração do PPAG e de suas revisões, bem como durante a elaboração da Lei Orçamentária Anual. Já a programação inicial das metas é realizada, após a sanção do PPAG e da LOA, pelos gestores responsáveis pelas ações e registrada no módulo de monitoramento do SIGPlan, viabilizando aferir com antecedência o desempenho das ações no que se refere ao alcance das metas estabelecidas no plano.

Desempenho Consolidado da Ação oferece uma rápida visualização do desempenho físico e orçamentário da ação, revelando, para cada uma dessas dimensões, se o status da ação é "sem meta estabelecida", "sem execução", "crítico", "satisfatório" ou "subestimado", conforme os seguintes parâmetros:

- Status satisfatório: dimensões física ou orçamentária do desempenho da ação caracterizadas por taxa de execução compreendida no intervalo entre 70% e 130% frente à meta programada;

- Status crítico: dimensões física ou orçamentária do desempenho da ação caracterizadas por taxa de execução menor do que 70% da meta programada;

- Status subestimado: dimensões física ou orçamentária da ação caracterizadas por taxa de execução acima de 130% perante a meta programada;

- Status sem execução: classificam-se nessa categoria as ações que possuem meta programada até o período analisado, mas que não a executaram até o momento. Seriam, portanto, aquelas ações que possuem desempenho igual a 0%;

Com a entrada em vigor do PPAG 2020-2023, a alocação das despesas de pessoal e auxílio dos órgãos e entidades governamentais tornou-se descentralizada. Desse modo, registram-se nas ações, além das despesas de custeio e de investimento necessárias à consecução das políticas públicas, as despesas de remuneração da força de trabalho que contribui com a realização dessas políticas. O objetivo é evidenciar custo total de implementação e manutenção da política pública.

Apesar de ser considerada um ganho de transparência, a programação e execução das despesas de pessoal e auxílio **não foram consideradas para fins de apuração do desempenho físico e orçamentário das ações governamentais.** Nesse sentido, o desempenho físico e orçamentário consolidado das ações, segundo intervalos de desempenho físico e orçamentário é calculado sem contabilizar o quantitativo de pessoas remuneradas e a programação e execução das despesas de pessoal e auxílio.

Entende-se por despesa de pessoal e auxílios a programação e execução das despesas: no Grupo de Despesa 1 (Pessoal e Encargos Sociais), com exceção do IPU 9 (Recursos Recebidos para Precatórios e Sentenças Judiciais); em todos os itens do elemento 34 (Outras Despesas Decorrentes de Contratos de Terceirização); e no IPU 7 (Recursos Recebidos para Auxílios Doença, Funeral, Alimentação, Transporte e Fardamento).

Importante mencionar que a metodologia foi adotada por todos os órgãos e entidades do Poder Executivo, com exceção das empresas pertencentes ao Orçamento de investimento, o Fundo Financeiro de Previdência do Estado de Minas Gerais e as seguintes ações: 7024 - Pensões aos Assistidos e Pensionistas do Plano De Previdência Complementar Minascaixa RP-2, 7441 - Pensões Especiais e Indenizações de Responsabilidade do Poder Executivo Estadual e 7007 - Proventos de Inativos Militares. Além disso, os órgãos e entidades dos Outros Poderes também não adotaram a metodologia.

Por sua vez, o **Demonstrativo Analítico do Desempenho por Ação** evidencia para cada ação, a **"Situação Orçamentária"**, o **"Desempenho Consolidado"** (segundo relatado acima), a **"Análise da Execução"** e as **"Informações de Situação"**, conforme explicitado a seguir.

A seção ,**"Situação Orçamentária"** demonstra a execução orçamentária detalhada por grupo de natureza da despesa, fonte de recursos e identificador de procedência e uso, os quais representam os principais limites orçamentários da ação. Cabe salientar que os dados evidenciados nessa seção são obtidos no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI).

Já a seção **"Análise da Execução"** apresenta um quadro resumo da execução da ação, permitindo aferir o desempenho físico e orçamentário em confronto com as metas estabelecidas no PPAG (crédito inicial), as metas programadas até o período, bem como as metas reprogramadas (crédito autorizado).

Por fim, a seção **"Informações de Situação"** demonstrada as informações qualitativas registradas pelo órgão/entidade acerca do desempenho, do gerenciamento e da execução da ação, desdobrando-se nos campos "Justificativa de desempenho" e "Outras informações de situação".

O campo **"Justificativa de desempenho"** apresenta as informações quanto ao desempenho da ação até o período monitorado, devendo: informar obrigatoriamente as causas que determinaram o status crítico ou subestimado das dimensões de desempenho físico, orçamentário e físico x orçamentário da ação.

Já o campo "Outras informações de situação" detalha os principais resultados e entregas da ação; motiva as alterações orçamentárias ocorridas; justifica o lançamento de dados estimativos e motiva a não regionalização da execução física ou orçamentária.

LEGENDA				
Status	Desempenho a Avaliar (sem programação até o período)	Desempenho Crítico (< 70%)	Desempenho Satisfatório (>= 70% e <= 130%)	Desempenho Subestimado (> 130%)
Farol	😐	☹	☺	😐

DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO POR PROGRAMA

UO: FUNDO ESTADUAL DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS (04421)

Descrição	Físico		Orçamentário		Físico x Orçamentário	
	Desempenho Físico Jan/Outubro % (A)	Farol	Desempenho Orçamentário Jan/Outubro % (B)	Farol	Índice de Eficiência Jan/Outubro (A/B)	Farol
Programa: POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS (0046)						
PROJETOS ESPECIAIS DE RECUPERAÇÃO DE DANOS AOS DIREITOS DIFUSOS (4111)	-		-		-	

DEMONSTRATIVO ANALÍTICO DO DESEMPENHO POR AÇÃO

Programa: POLÍTICAS DE DIREITOS HUMANOS (0046)

Ação: PROJETOS ESPECIAIS DE RECUPERAÇÃO DE DANOS AOS DIREITOS DIFUSOS (4111)

Produto: **PROJETO APOIADO** Unid. de Medida: **PROJETO**

SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

G.F.P	Crédito inicial (A)	Crédito autorizado (B)	Empenhado (C)	Liquidado(D)	Saldo de crédito (B-C)	Empenhado / crédito autorizado - % (C/B)	Liquidado / crédito autorizado - % (D/B)
3.39.1	5.273.807,00	5.273.807,00	0,00	0,00	5.273.807,00	0,00	0,00
TOTAL	**5.273.807,00**	**5.273.807,00**	**0,00**	**0,00**	**5.273.807,00**	**0,00**	**0,00**

Dados atualizados até 24/11/2021 - Fonte: ARMAZÉM SIAFI

DESEMPENHO CONSOLIDADO DA AÇÃO

FÍSICO		ORÇAMENTÁRIO		FÍSICO X ORÇAMENTÁRIO	
DESEMPENHO FÍSICO Jan/Out % (A)	**FAROL**	**DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO Jan/Out % (B)**	**FAROL**	**ÍNDICE DE EFICIÊNCIA Jan/Out (A/B)**	**FAROL**
-	😐	-	😐	-	😐

ANÁLISE DA EXECUÇÃO

	Meta Programada / Crédito Inicial (A)	Meta Reprogramada / Crédito Autorizado (B)	Meta Programada / Crédito Inicial Jan/Out (C)	Meta Programada / Crédito Inicial (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Out (D)	Realizado (Exceto Despesa de Pessoal e Auxílios) Jan/Out (E)	Realizado Jan/Out (F)	(F/A)	(F/B)	(F/C)	(E/D)
Físico	10	10	0	0	0	0	0,00	0,00	-	-
Orçamentário	5.273.807,00	5.273.807,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-